

# REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

ESPECIAL MULHER

Março 2010

**DIEESE**

**SEADE**



Secretaria  
do Planejamento

Secretaria do Trabalho,  
Emprego, Renda  
e Esporte

Fundo de Amparo  
ao Trabalhador

Ministério do  
Trabalho e Emprego



ISSN 1679197-5

9 771679 119750 6





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
JAQUES WAGNER – GOVERNADOR

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**  
Walter Pinheiro – Secretário

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**  
José Geraldo dos Reis Santos – Diretor Geral  
Thaiz Braga – Diretora de Pesquisas

**SECRETARIA DO TRABALHO,  
EMPREGO, RENDA E ESPORTE**  
Nilton Vasconcelos Júnior – Secretário

**SUPERINTENDÊNCIA DE  
DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**  
Maria Thereza Sousa Andrade  
– Superintendente

**FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL  
DE ANÁLISE DE DADOS**  
Felicía Madeira – Diretora Executiva

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL  
DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS  
SOCIOECONÔMICOS**  
Tadeu Moraes de Sousa – Presidente  
Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico  
Ana Georgina Dias – Supervisora  
Regional da Bahia  
Sérgio Mendonça – Coordenador  
do Sistema PED

**EQUIPE TÉCNICA DA PEDRMS**

**COORDENAÇÃO**  
Vania Maria C. Moreira  
(Coordenação geral/SEI)  
Ana Margaret Simões (Dieese)

**SETOR DE ANÁLISE**  
Luiz Chateaubriand C. dos Santos

**ESTATÍSTICA**  
Leormínio Moreira Bispo Filho (Coordenador)  
Silvana dos Santos Souza  
**Consistência**  
Daniela Romano da Cunha  
**Sorteio**  
Cidnea da Silva Araújo

**SUPERVISÃO DE CAMPO**  
Maria do Socorro de Souza (Coordenação)  
Ângelo Salvatierra Fernandes  
Célia Maria Dutra Passos  
Daiana Marcela Carvalho Santos  
Mariluce Borba Andrade  
Marly Nascimento Muniz  
Rafael Gonçalves Chicourel  
Rachel Alexandrina Pimenta  
Paulo Roberto Pinheiro Leal  
Vinicius Gomes Bastos

**CRÍTICA**  
Eletice Rangel Santos (Coordenação)  
Ana Maria Guerreiro  
Alzimária Ramos Pessoa  
Auristela da Cruz Rocha  
José Basílio Cerqueira Neto  
Ricardo Ivo Tavares Costa  
Sandra Simone P. Santana  
Samantha Félix Rego  
Venâncio Ucha Represas  
Sérgio da Silva Archeman

**CHECAGEM**  
Marcos dos Santos Oliveira (Coordenação)  
Adail Tavares Neto  
Eduardo Walter A. Silva  
Eliene Santa Rita de Jesus  
Khadja Conceição Ferreira dos Santos  
Ranieri Rivas Alonso Pereira  
Rondinele Santos Guedes  
Tatiana da Costa Pereira

**DIGITAÇÃO**  
Tatiana Maria Coelho Andrade  
Naiara Lopes Souza  
Márcio Martins de Mello

**SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA**  
Vera Lúcia N. Raposo

**APOIO ADMINISTRATIVO**  
Antonieli Ataíde Bispo Júnior  
Grazielli Mattos de Souza  
Josemira Mendonça

**ENTREVISTADORES**  
Aidil de Araújo Santana, Alexandre Cândido  
da Silva, Alexsandra da Conceição Freitas,  
Ana Carla Conceição dos Santos, Anderson  
Silva Dias, André Moody Silveira, Artur  
Maurício Ribeiro Santana, Bruno Chastinet  
Vasconcelos Evangelista, Cristian Reis  
Lima, Gabrielle Ayres Oliveira, Geórgia  
Mendonça Macedo, Jamile Santos Freitas  
de Jesus, Joelma Matos Lima, Késia de  
Freitas Miranda, Leonardo Calmon de Assis,  
Ludmila Lucia Cordier de Souza, Mary  
Jane Brito dos Santos, Nathalia de Oliveira  
Bastos, Nelson Apolinário da Silva, Roberto  
Aryel Santos Barbosa, Roberto Sardeiro,  
Rodrigo de Souza Pinto, Rosilda Costa  
dos Santos, Sabrina Guimarães Araújo,  
Vanessa Adeodato Garrido, Vivian de Assis  
Boavenatura, Washington Magalhães Costa

**COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E  
DOCUMENTAÇÃO (SEI)**  
NORMALIZAÇÃO  
Raimundo Pereira Santos

**COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO  
DE INFORMAÇÕES (SEI)**  
Márcia Santos

**PADRONIZAÇÃO E ESTILO**  
EDITORIA DE ARTE  
Elisabete Cristina Teixeira Barretto  
Aline Santana (estagiária)

**REVISÃO DE LINGUAGEM**  
Calixto Sabatini

**PROJETO GRÁFICO**  
Rita Assis

**CAPA E EDITORAÇÃO**  
Nando Cordeiro

**FOTO CAPA**  
Marcelo Casal/Agência Brasil

PED – Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana  
de Salvador: especial mulher. / Superintendência de Estudos  
Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2001 – ). – Salvador: SEI, 2010.  
Edição Especial  
Anual  
ISSN 1697-1975

1. Emprego e desemprego – Região Metropolitana de Salvador.  
I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Av. Rua Álvares Cabral, 16, 3º andar,  
Comércio – Salvador–BA  
Tel: (71) 3117-9809; 3117-9808 • Fax (71) 3117-9804  
pedrms@yahoo.com.br • pedrms@sei.ba.gov.br  
www.sei.ba.gov.br • www.dieese.org.br



Foto: Pilar Soro/Flickr



**Inativos (maiores de dez anos)** – Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

**Rendimentos do trabalho** – É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

Principais indicadores

**Taxa Global de Participação<sup>10</sup>** – É a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

**Taxa de Desemprego Total<sup>11</sup>** – Equivale à relação Desempregados/PEA e indica a

10 As taxas (desemprego, participação etc.) específicas, de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA. A título de exemplo, a taxa de desemprego para os indivíduos com atributo X = desempregados com atributo X / PEA com atributo X.

11 Idem.

proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos – Divulga-se:

- a. Rendimento médio: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC/SSA (SEI/ Seplan), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre essa defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Assim, por exemplo, os dados apurados no trimestre maio/julho correspondem à média do período abril/junho, a preços de junho.
- b. Distribuição dos rendimentos: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.



Foto: Sblackley/Flickr

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
A EMPREGADA DOMÉSTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	5
Emprego doméstico: predominantemente ocupado por mulheres negras	6
Mulheres adultas e com baixa escolaridade compõem o perfil das domésticas	7
Menos de um terço das empregadas domésticas têm carteira de trabalho assinada	9
Domésticas com registro em carteira têm maior jornada de trabalho	11
Mensalistas com carteira de trabalho assinada têm maior rendimento mensal	11
NOTAS METODOLÓGICAS	15
Principais conceitos	15
Principais indicadores	16





Foto: Zarrsadus/Flickr

## NOTAS METODOLÓGICAS

**Plano amostral** – A pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PEDRMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos dez municípios que compõem essa região: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Esses municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS. Em alguns casos, a significância pode chegar no nível municipal.

**Médias trimestrais** – Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

**Revisão de índice** – A partir de janeiro de 2007, as séries de índices das tabelas 1, 5 e 17 foram revisadas com base nas novas estimativas demográficas, obtidas através do Censo realizado pelo IBGE em 2000.

### Principais conceitos

**PIA** – População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

**PEA** – População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

**Ocupados** – São os indivíduos que:

- Possuem trabalho remunerado exercido regularmente.
- Possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias.
- Possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

**Desempregados** – São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- Desemprego oculto: (i) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (ii) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.



A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS)<sup>1</sup> produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia<sup>2</sup>, ao privilegiar a condição de procura de trabalho na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro. Assim, através dela, pode-se evidenciar, além do desemprego aberto (o mais comum e conhecido), o desemprego oculto — por trabalho precário ou desalento<sup>3</sup>.

A PEDRMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria do Planejamento (Seplan), e da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas,

esta última, até outubro de 2009. A pesquisa é financiada com recursos orçamentários do tesouro do estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Sistema Nacional de Emprego (Sine-BA), conforme a Resolução nº 55, de 4 de janeiro 1994, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

A PED coleta informações mensalmente através de entrevistas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês.

A PEDRMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local. Seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários, estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes elementos essenciais para a tomada de decisões, não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também as concernentes ao campo econômico e à política de emprego de um modo geral.

Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo (desde 1985), Porto Alegre (desde 1991), Distrito Federal (desde 1992), Belo Horizonte (desde 1994), Recife (desde 1997) e Fortaleza (2008). Essa metodologia comum foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Seade – órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo –, que acompanham, sistematicamente, a sua aplicação em todas essas regiões.

1 Essa pesquisa já foi realizada anteriormente na RMS, no período 1987/1989. A sua retomada deu-se a partir de julho de 1996, com três meses de “pesquisa piloto”, em que uma amostra menor que a da pesquisa definitiva possibilitou o treinamento de todo o pessoal envolvido, além de testar o funcionamento de todas as partes do trabalho. Desde outubro de 1996, a “pesquisa plena” vem sendo desenvolvida, de forma a permitir avaliações e análises do mercado de trabalho da RMS, a partir do trimestre outubro-dezembro de 1996.

2 Sobre a metodologia utilizada na pesquisa, ver: TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985. \_\_\_\_\_. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 69-74, jul./dez. 1990. \_\_\_\_\_. Pesquisa de emprego e desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 123-134, out./dez. 1992.

3 Esses e outros conceitos utilizados na pesquisa estão definidos nas notas metodológicas.





Foto: Agência Brasil

Tabela 8 Rendimento real médio (1) das empregadas domésticas por raça ou cor segundo posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009									
Atributos pessoais	2000			2009			Em reais de novembro de 2009 Variação 2009/2000 (em %)		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	258	258	(2)	356	356	(2)	38,0	38,0	(2)
Empregadas domésticas mensalistas	264	264	(2)	393	394	(2)	48,9	49,2	(2)
Com carteira de trabalho assinada	314	315	(2)	486	486	(2)	54,8	54,3	(2)
Sem carteira de trabalho assinada	239	238	(2)	328	330	(2)	37,2	38,7	(2)
Empregadas domésticas diaristas	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
Nota: Exclui-se as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.  
(1) Inflator utilizado: IPC da SeI-Salvador.  
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

velhos problemas ainda persistem, como a elevada proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada, as extensas jornadas de trabalho, as baixas remunerações, a vulnerabilidade elevada a acidentes de trabalho e ao assédio etc.

A valorização dessa atividade através da melhoria dos níveis de rendimento e do acesso à proteção social plena é um importante mecanismo de diminuição das desigualdades sociais, de raça e gênero que ainda persistem na sociedade brasileira e baiana.



Tabela 7

Rendimento real médio por hora (1) das empregadas domésticas por raça ou cor segundo posição na ocupação

Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009

Em reais de novembro de 2009

Atributos pessoais	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	1,31	1,31	(2)	2,08	2,08	(2)
Empregadas domésticas mensalistas	1,26	1,26	(2)	2,04	2,05	(2)
Com carteira de trabalho assinada	1,41	1,42	(2)	2,27	2,27	(2)
Sem carteira de trabalho assinada	1,19	1,18	(2)	1,87	1,88	(2)
Empregadas domésticas diaristas	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
Nota: Exclusive as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.  
(1) Inflator utilizado: IPC da Sei-Salvador.  
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

R\$ 2,08 (Tabela 7). Este valor corresponde a menos da metade do recebido pelo total de ocupadas (R\$ 4,98) e a cerca de um quinto do auferido por homens não negros (R\$ 11,06). Restringindo-se a comparação ao contingente feminino, o rendimento médio por hora das domésticas é o menor entre os setores de atividade considerados, apresentando diferença menos acentuada em relação ao recebido no *Comércio* (56,5%). Equivale a pouco mais de um terço do auferido na *Indústria* (36,0%) e a um terço do que recebem as mulheres que trabalham nos *Serviços* (33,7%).

As mensalistas sem carteira de trabalho assinada recebem, em média, R\$ 1,87 por hora, valor que representa 82,3% do que recebem as mensalistas com carteira assinada (R\$ 2,27). No entanto, o rendimento médio mensal das mensalistas sem carteira é apenas 67,5% do recebido pelas mensalistas com carteira assinada, como reflexo da combinação entre o valor/hora e suas respectivas jornadas semanais de trabalho.

Houve crescimento de 13,2% nos rendimentos médios mensais das mulheres ocupadas, nos setores de atividade analisados entre os anos de

2000 e 2009. O aumento foi mais expressivo nos *Serviços domésticos* (38,0%) e na *Indústria* (20,4%) e menor nos *Serviços* (5,6%) e no *Comércio* (5,4%). Nos *Serviços domésticos*, tal aumento está vinculado, principalmente, à valorização do salário mínimo e foi muito mais intenso para as domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada (54,8%) do que para as sem carteira de trabalho assinada (37,2%) (Tabela 8).

As informações apresentadas mostram que o trabalho doméstico mantém-se como alternativa importante de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para mulheres adultas, negras e com baixa escolaridade. Além disso, verifica-se que uma provável diferenciação interna a esse segmento vem se consolidando, com o que se ampliam os requisitos de contratação, particularmente as exigências de escolaridade e qualificação profissional em alguns de seus nichos ocupacionais.

Ao mesmo tempo em que se observam essas novas características do emprego doméstico<sup>9</sup>,

<sup>9</sup> Por exemplo, as mudanças na estrutura da distribuição etária e na distribuição do nível de escolaridade das empregadas domésticas; o aumento considerável da participação de diaristas; e a expressiva redução de domésticas mensalistas que residem no domicílio do empregador, observadas na última década.

# A EMPREGADA DOMÉSTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

O trabalho doméstico remunerado, compreendido como um conjunto diversificado de tarefas e atividades desenvolvidas nas residências particulares (os serviços domésticos) por pessoas contratadas com esse objetivo, era, em 2009, a ocupação principal de mais de 115 mil pessoas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), das quais 108 mil são mulheres, o que representa aproximadamente 94% do total de trabalhadores desse segmento. Esta é, portanto, uma atividade histórica e culturalmente ligada às habilidades consideradas femininas.

O termo trabalho doméstico é usado para designar serviços gerais executados em um domicílio privado por cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Em que pese sua importância na estrutura ocupacional, os empregados domésticos têm direitos trabalhistas limitados em comparação aos de outras ocupações, sob alegação de que a unidade doméstica não tem finalidade lucrativa e que o empregador é uma pessoa física e não jurídica.

Embora a definição de emprego doméstico tenha sido formalizada em lei em 1972 (Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972) e os direitos da categoria ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, por lei de 2006, os trabalhadores domésticos permanecem excluídos de uma série de direitos, a exemplo da limitação da jornada de trabalho, dos adicionais por hora extra e pelo trabalho noturno, adicionais de insalubridade e periculosidade,

salário-família, do PIS, do FGTS e do seguro-desemprego, sendo os dois últimos facultativos<sup>4</sup>.

Além disso, o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é devidamente respeitado, uma vez que, do total de trabalhadoras domésticas, apenas 31,1% têm registro em carteira. As relações peculiares entre empregado e empregador exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção a essas trabalhadoras<sup>5</sup>.

Os *Serviços domésticos* na Região Metropolitana de Salvador perderam importância na estrutura setorial nos últimos anos, embora ainda respondam por 15,8% do total da ocupação feminina em 2009. Este é o único segmento em que os homens não são maioria: 94,4% de seus postos de trabalho são ocupados por mulheres, principalmente negras<sup>6</sup>. Dada essa característica, optou-se por considerar apenas o contingente feminino neste estudo, em que se apresentam alguns aspectos do trabalho doméstico (tipo de contratação, tempo de permanência no trabalho, número de horas trabalhadas na semana, contribuição à Previdência Social e rendimentos) e algumas características de suas ocupantes (faixa etária, posição no domicílio e escolaridade).

<sup>4</sup> Ver Trabalho Doméstico em <www.mte.gov.br> do Ministério do Trabalho e Emprego.  
<sup>5</sup> Ver Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.  
<sup>6</sup> O grupo de negras refere-se às mulheres pretas e pardas e o de não negras corresponde às brancas e amarelas.



Sua análise indica a grande precariedade dessa profissão e pode subsidiar as políticas de valorização desse segmento social e o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas, como parte de um segmento populacional cujo trabalho costuma ser um importante indutor de redução da pobreza. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade e chamar atenção para sua importância e problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações de 2000 e 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada na Região Metropolitana de Salvador.

Emprego doméstico: predominantemente ocupado por mulheres negras

No ano de 2009, as mulheres ocupavam 46,3% do total dos 1.479 mil postos de trabalho existentes na

Região Metropolitana de Salvador. O setor de maior absorção da força de trabalho feminina era o de *Serviços*, ocupando mais da metade do contingente de trabalhadoras (60,9%), seguido pelo *Comércio* (17,1%), pelos *Serviços domésticos* (15,8%) e, à grande distância, pela *Indústria* (4,6%) (Gráfico 1).

Ao desagregar os dados por raça ou cor, sobressai a maior proporção de negras nos *Serviços domésticos* e de não negras nos *Serviços*, enquanto verifica-se certo equilíbrio entre as participações de negras e não negras no *Comércio*.

Comparando o ano de 2009 ao de 2000, constata-se que cresceu a participação da mulher negra no *Comércio* e nos *Serviços* em proporção maior que a verificada entre as mulheres não negras, reduzindo-se, assim, as distâncias entre as suas participações nesses

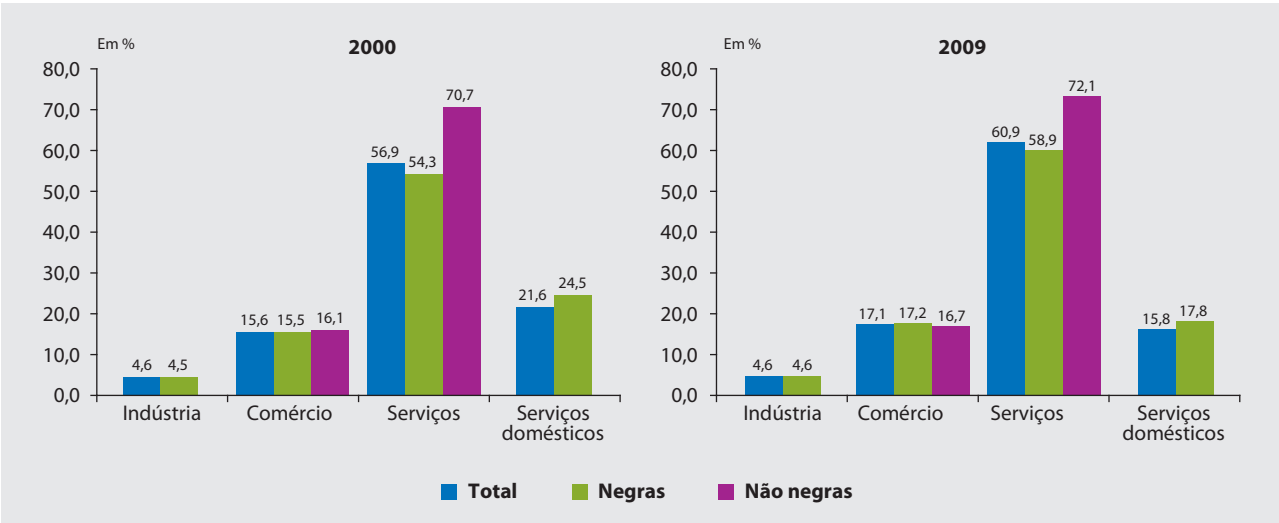


Gráfico 1  
Distribuição das mulheres ocupadas por setor de atividade segundo raça ou cor  
Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Tabela 6 Horas semanais médias trabalhadas (1) pelas empregadas domésticas por raça ou cor segundo posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2009						
Atributos pessoais	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	46	46	(2)	40	40	(2)
Empregadas domésticas mensalistas	49	49	(2)	45	45	(2)
Com carteira de trabalho assinada	52	52	(2)	50	50	(2)
Sem carteira de trabalho assinada	47	47	(2)	41	41	(2)
Empregadas domésticas diaristas	22	22	(2)	20	20	(2)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
(1) Exclusivo as que não trabalharam na semana.  
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Domésticas com registro em carteira têm maior jornada de trabalho

A jornada média de trabalho nos serviços domésticos diminuiu nos últimos dez anos, em grande parte em razão do crescimento do número de trabalhadoras diaristas e da diminuição das que residiam no domicílio dos empregadores (de 35,7%, em 2000, para 13,1%, em 2009). Em 2000, as empregadas domésticas estavam sujeitas às mais longas jornadas entre as ocupadas da RMS: 46 horas, em face de 40 horas do conjunto das trabalhadoras. Em 2009, a jornada no emprego doméstico remunerado permanece superior à média metropolitana (40 horas e 39 horas, respectivamente), porém é menos extensa que a praticada na indústria e no comércio (41 horas).

Entre as categorias analisadas, as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada exercem as jornadas mais longas: 50 horas semanais em média, contra 41 horas para as que não possuem carteira assinada (Tabela 6). A jornada de trabalho das primeiras supera a dos

ocupados em geral (42 horas semanais), realidade que deve ser particularmente vivenciada pelas trabalhadoras que residem no local de trabalho (13,1% do total de mensalistas). Entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal é menor (20 horas), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não, necessariamente, por menos horas trabalhadas por dia, que, supõe-se, sejam até superiores às das mensalistas.

Em termos médios, as jornadas semanais de trabalho são mais extensas para as trabalhadoras jovens, com 18 a 24 anos de idade (44 horas), e diminuem na medida em que aumenta a idade<sup>8</sup>.

Mensalistas com carteira de trabalho assinada têm maior rendimento mensal

O rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas equivalia, em 2009, a

8 Em 2009, as jornadas semanais médias foram de 40 horas para as trabalhadoras com 25 a 39 anos de idade e de 38 horas para as com 40 a 59 e 50 a 59 anos. A amostra não comporta a desagregação para as classes de idade 10 a 17 anos e 60 e mais.



Tabela 5 Distribuição das empregadas domésticas por raça ou cor segundo posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009						
Posição na ocupação	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	100,0	95,2	(1)	100,0	96,2	(1)
Empregadas domésticas mensalistas	89,7	85,4	(1)	79,6	76,2	(1)
Com carteira de trabalho assinada	28,7	27,4	(1)	31,1	29,9	(1)
Sem carteira de trabalho assinada	61,0	57,9	(1)	48,4	46,2	(1)
Empregadas domésticas diaristas	10,3	9,9	(1)	20,4	20,0	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

crescimento em relação a 2000, quando era de 28,7%. Tal comportamento reflete o maior grau de formalização dos vínculos empregatícios verificado no mercado de trabalho de uma forma geral e, em parte, pode ser resultado do incentivo (não suficiente) à formalização do contrato de trabalho pela dedução, para os empregadores, do gasto com a Previdência Social no imposto de renda.

No emprego doméstico, é predominante a participação de mensalistas, que, em 2009, representavam 79,6% do total das domésticas. Entre as mensalistas, apenas 39,1% tinham registro em carteira. Entretanto, a participação de diaristas aumentou consideravelmente na última década, passando de 10,3%, em 2000, para 20,4%, em 2009 (Tabela 5). Se apenas uma pequena proporção das empregadas domésticas mensalistas, cujo vínculo se dá de forma contínua e com um único empregador, pode usufruir de alguns direitos trabalhistas e sociais, maiores ainda são os obstáculos para as diaristas alcançarem tais direitos.

Como o registro em carteira envolve importantes proteções sociais e, particularmente, os benefícios previdenciários, a exclusão de parte expressiva de trabalhadoras domésticas do acesso a esses benefícios deve ser objeto de preocupação da sociedade e de ação da administração pública, ao menos na implementação e/ou intensificação de campanhas no intuito de incentivar e levar ao conhecimento de empregados e empregadores as vantagens, para ambos, de um contrato formalizado.

Essa situação de baixa formalização certamente não se explica pela alta rotatividade que possa existir nesses postos de trabalho. Ao se observar o tempo médio de permanência no emprego das empregadas domésticas, constata-se que elas permanecem, em média, quatro anos e seis meses num mesmo vínculo, e, apesar de ser menor que o do total de ocupados da RMS (seis anos e seis meses), não caracteriza um indicador de alta rotatividade. Por classes de tempo, aproximadamente um quarto das domésticas estavam trabalhando há até seis meses no atual emprego (26,3%), proporção similar à das que trabalhavam há mais de cinco anos (25,3%).

Tabela 1 Distribuição das mulheres ocupadas por raça ou cor segundo setor de atividade Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009						
Setor de atividade	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Total	100,0	83,9	16,1	100,0	85,2	14,8
Indústria	100,0	81,8	(1)	100,0	84,2	(1)
Comércio	100,0	83,4	16,6	100,0	85,6	14,4
Serviços	100,0	80,0	19,9	100,0	82,4	17,5
Construção civil	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)
Serviços domésticos	100,0	95,2	(1)	100,0	96,2	(1)
Outros	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

dois setores. Essa nova configuração reflete a considerável perda de importância dos *Serviços domésticos* na ocupação das mulheres negras. Em 2000, de todas as mulheres negras ocupadas, 24,5% eram empregadas domésticas; em 2009, essa proporção passou a 17,8%.

Numa região onde a população negra e, por conseguinte, de mulheres negras é a esmagadora maioria<sup>7</sup>, não é de estranhar que seja predominante também sua presença entre as ocupadas. Conforme mostra a Tabela 1, em 2009, 85,2% de todas as mulheres ocupadas eram negras. Essa proporção se mantém muito próxima na *Indústria*, no *Comércio* e nos *Serviços*. Contudo, nos *Serviços domésticos*, elas estão sobrerrepresentadas: 96,2% das empregadas domésticas na RMS são negras.

Em relação ao ano de 2000, a mulher negra aumenta a sua participação em todos os setores, em maior proporção nos *Serviços*,

seguida pela *Indústria* e o *Comércio*, e, em menor medida, nos *Serviços domésticos*.

Mulheres adultas e com baixa escolaridade compõem o perfil das domésticas

As empregadas domésticas que atuam na RMS são, principalmente, adultas entre 25 e 49 anos de idade, representando, em 2009, 73,2% de todas as ocupadas nesse tipo de serviço. As informações contidas na Tabela 2 confirmam a tendência de aumento da proporção de mulheres adultas exercendo tais atividades: entre os anos 2000 e 2009, houve aumento relevante na participação das faixas etárias de 25 a 39 anos de idade (de 40,7% para 45,7%), e, especialmente, de 40 a 49 anos (de 14,9% para 27,5%) e de 50 a 59 (de 6,5% para 12,9%).

De modo oposto, a participação de crianças e jovens se reduziu sobremaneira. O trabalho doméstico não tem sido uma opção relevante para as jovens se inserirem no mercado de trabalho: entre 2000 e 2009, a participação das trabalhadoras domésticas

7 No ano de 2009, a distribuição da População em Idade Ativa da RMS por grupos de cor ou raça e sexo foi a seguinte: homens não negros, 5,9%; mulheres não negras, 7,8%; homens negros 39,6%; e mulheres negras, 46,7%.



Tabela 2 Distribuição das empregadas domésticas por raça ou cor segundo faixa etária Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009						
Atributos pessoais	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	100,0	95,2	(1)	100,0	96,2	(1)
10 a 17 anos	7,1	6,9	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 anos	29,0	27,3	(1)	10,4	9,7	(1)
25 a 39 anos	40,7	38,9	(1)	45,7	44,1	(1)
40 a 49 anos	14,9	14,3	(1)	27,5	26,4	(1)
50 a 59 anos	6,5	6,2	(1)	12,9	12,6	(1)
60 anos e mais	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

de 18 a 24 anos diminuiu de 29,0% para 10,4%. Seja porque as jovens têm maior nível de escolaridade e preferem buscar alternativas de ocupação com maiores chances de progresso e *status* profissional, seja por exigências das famílias empregadoras, que preferem pessoas mais experientes, o fato é que o trabalho doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas em faixas etárias mais elevadas, com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias.

No período analisado e, em especial, a partir de 2004, a economia brasileira experimentou um crescimento econômico mais constante, que se refletiu na relevante geração de postos de trabalho, sendo um dos fatores que podem explicar essa tendência. Outro fator explicativo importante é a clara elevação da escolaridade. As informações sobre a escolaridade das domésticas, apresentadas na Tabela 3, mostram que, no período, houve expressiva redução na

Tabela 3 Distribuição das empregadas domésticas por raça ou cor segundo nível de escolaridade Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009						
Atributos pessoais	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	100,0	95,2	(1)	100,0	96,2	(1)
Analfabetos e ensino fundamental incompleto	77,0	73,5	(1)	55,0	53,3	(1)
Ensino fundamental completo e médio incompleto	15,4	14,6	(1)	20,5	19,8	(1)
Ensino médio completo e superior incompleto	7,3	6,9	(1)	24,4	23,0	(1)
Ensino superior completo	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 4 Distribuição das empregadas domésticas por raça ou cor segundo posição no domicílio Região Metropolitana de Salvador – 2000/2009						
Atributos pessoais	2000			2009		
	Total	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras
Empregadas domésticas	100,0	95,2	(1)	100,0	96,2	(1)
Chefes	16,5	15,6	(1)	30,0	28,9	(1)
Cônjuges	29,0	27,9	(1)	37,4	35,9	(1)
Filhas	15,0	14,5	(1)	14,5	14,0	(1)
Outras	39,4	37,2	(1)	18,1	17,4	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

proporção de empregadas domésticas que são analfabetas ou que não chegaram a completar o ensino fundamental: em relação ao ano de 2000, a participação de trabalhadoras domésticas com esse nível de escolaridade passou de 77,0% para 55,0%. Porém, continua sendo muito alta, demonstrando que esse tipo de ocupação, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Note-se, porém, que não é desprezível a participação de trabalhadoras com ensino fundamental completo e médio incompleto (20,5%) e, principalmente, com ensino médio completo e superior incompleto (24,4%). Nesse último nível de escolaridade, a participação mais que triplicou no período. Tal resultado expressa, além da melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, uma importante diferenciação das ocupações inseridas nos serviços domésticos, como as de babás e acompanhantes de idosos (estas com tendência de crescimento diante do envelhecimento

da população, da diminuição do tamanho das famílias e da maior inserção feminina no mercado de trabalho), além de outras relacionadas à prestação de serviços de saúde no domicílio, que requerem maior qualificação e escolaridade.

Coerentemente com a distribuição etária, as informações sobre a composição das domésticas por posição no domicílio (Tabela 4) mostram a predominância de cônjuges (37,4%) e de chefes de domicílio (30,0%). A forte presença de chefes (bem acima da proporção para o total de ocupadas, de 26,7%, em 2009) reforça a necessidade de se investir em ações que beneficiem este segmento, formado por considerável número de mulheres cujo rendimento do trabalho representa a única ou, pelo menos, a principal fonte de renda para o sustento da família.

Menos de um terço das empregadas domésticas têm carteira de trabalho assinada

O percentual de domésticas com carteira assinada era de 31,1%, em 2009, e, apesar de ser ainda muito pequeno, apresentou